

GELSON MERISIO – GOVERNADOR
JOÃO PAULO KLEINÜBING – VICE-GOVERNADOR

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO - 55
PSD/ PP/ PSB/ DEM/ PRB/ PDT/ SD/ PSC/ PROS/ PCdoB/ PV/ PHS/ Podemos/ PRP/ PPL

PLANO DE GOVERNO – 2019/2022

Gestão Integrada Inovadora – Segurança Pública – Saúde – Infraestrutura – Desenvolvimento e Reinserção Social – Educação e Desenvolvimento Humano – Agricultura e Desenvolvimento Econômico – Desenvolvimento Regional e Cidades

1. PREMISSAS PRINCIPAIS:

“Gestão pública profissional e transparente!”

“Austeridade e responsabilidade com os recursos públicos!”

“Modernização, qualificação e excelência dos serviços públicos!”

“Combate aos privilégios e diminuição das diferenças entre o público e o privado!”

A administração pública tem passado por diversas transformações ao longo dos séculos em todo o mundo, saindo de estruturas mínimas para estruturas gigantescas. Do Estado liberal ao Estado provedor. Santa Catarina não foi diferente e acompanhou o Brasil, criando estruturas para o atendimento de demandas de diversos segmentos. No entanto, quando a demanda é satisfeita, estas estruturas permanecem e oneram toda a sociedade.

É necessário que a realidade do Estado seja apresentada às pessoas para que assim possam não apenas conhecer o plano de governo em detalhes, mas, o mais importante, o porquê, os motivos, os fundamentos da proposta e assim possam dizer nas urnas se querem um Estado, um governo, uma sociedade diferente, que não apenas pense o futuro, mas que construa um caminho moderno para que todos possamos alcançá-lo.

O modelo atual de Estado, burocrático, pesado, fiscalizador e punitivo deu errado, está esgotado. Um novo modelo de Estado precisa ser testado. Um modelo diferente. Menos burocrático, mais ágil, profissional e transparente, para que o cidadão catarinense possa empreender, trabalhar, prosperar e criar sua família com acesso à saúde, segurança e educação de qualidade.

Para alcançarmos este objetivo, o planejamento da gestão pública deve identificar pontos de conflito com a sociedade e propor as modificações comportamentais e estruturais da organização burocrática estatal, voltadas para otimização dos recursos financeiros, de pessoal e de infraestrutura, de modo a propiciar a melhor prestação dos serviços públicos com o menor dispêndio, trabalhando, portanto, com austeridade e

responsabilidade, com maior eficiência e menor estrutura. Desta forma, devemos inserir modificações profundas, comportamentais e estruturais.

A modificação profunda acontece na chefia do executivo, e essa é a nossa proposta, com ações criativas e guiado por objetivos, estabelecendo metas e cobrando resultados na ação governamental. Resolvedor de problemas e conflitos. Aberto às novas tecnologias e processos digitais de forma irrestrita e instantânea, compreendendo que a gestão e a tecnologia da informação juntas otimizam os resultados.

A modificação comportamental baseia-se, inicialmente, na mudança de atitude dos gestores, que devem ter efetivo comprometimento em implementá-la, rompendo com o isolamento de setores que em razão da relevância de suas atuações se tornaram “gestores isolados”, sem comunicação e compreensão das necessidades dos demais para implementação das políticas públicas.

A modificação estrutural passa pela identificação de sobreposições de atribuições das estruturas governamentais, das situações de conflito entre estas, bem como a correta valoração de determinadas atividades e verificação de alternativas tecnológicas, com a necessária adequação daquela à nova realidade.

A introdução de tecnologia deve visar a redução da necessidade da presença física do cidadão para a resolução dos seus problemas, usando do exemplo de países que adquiriram um elevado grau de utilização de ferramentas tecnológicas na gestão pública.

A utilização dessas ferramentas tecnológicas também pressupõe uma mudança comportamental do Estado que tem o dever de confiar em seu cidadão e reduzir as amarras burocráticas, tornando-se cada vez mais moderno e qualificado.

É primordial uma nova gestão pública para que os objetivos das demais áreas possam ser alcançados, pois sem uma gestão pública moderna, eficiente e de qualidade, que possa oferecer mais à sociedade com menor dispêndio, não há como haver recursos financeiros suficientes para todas as demandas.

Com estas atitudes alcançaremos a modernização, qualificação e excelência dos serviços públicos.

Esta é a oportunidade para romper com o modelo atual de gestão pública, antigo e ineficiente, que oferece serviços públicos de baixa qualidade, e devolver o Estado à sociedade.

Com base nestes princípios, o plano de governo da coligação **AQUI É TRABALHO** tem como metas:

2. GESTÃO INTEGRADA INOVADORA

“Colocar o cidadão em primeiro lugar é inovar!”

“Mais serviços e menos burocracia!”

“Mais eficiência e menos estrutura!”

2.1. PROPOSTAS PARA INOVAR NA GESTÃO PÚBLICA

- Melhorar a qualidade da gestão pública estadual com aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos.

Priorizar o combate à corrupção no serviço público por meio dos mecanismos de controle.

Tornar efetiva a transparência das atividades, inclusive agenda, dos gestores públicos e disponibilização de dados de Governo em linguagem acessível à toda a sociedade.

Realizar o mapeamento de processos e aperfeiçoar o modelo informatizado de gestão de custos e gastos públicos.

Desenvolver e implantar sistema integrado de gestão de compras.

Promover, por diferentes meios, o acesso à informação, permitindo que a sociedade possa propor boas práticas na gestão e fiscalização dos recursos públicos, aproximando o cidadão e a administração pública estadual.

- Implantar Sistema de Planejamento e Gestão por resultados na administração pública estadual, visando a efetividade das políticas públicas, com mecanismos que permitam um governo inteligente e meritocrático.

Alinhar o planejamento de médio e curto prazo ao plano estratégico de longo prazo e discutir na Assembleia Legislativa para transformar em Lei.

Implantar sistema de planejamento governamental regionalizado, aprimorando a governança territorial com foco na definição de uma política de desenvolvimento regional.

Modernizar e integrar plataforma tecnológica a serviço do planejamento e da gestão estratégica.

Aperfeiçoar sistema de monitoramento, auditoria e avaliação de políticas públicas.

- Definir e implantar uma política de recursos humanos na administração pública estadual.

Centralizar e otimizar os procedimentos de recursos humanos.

Realizar mapeamento e a avaliação da força de trabalho do serviço público estadual, utilizando os profissionais conforme as suas competências.

Desenvolver e implantar metodologia para a gestão do conhecimento e da inovação no serviço público estadual, com vistas a promover a capacitação continuada e à adoção de novos critérios para avaliação de desempenho.

- Intensificar a utilização das tecnologias de informação na administração pública estadual.

Ajustar a estrutura administrativa para padronização dos projetos de inovação tecnológica.

Implantar plataforma de dados, gerida por escritório de governança, para apoiar novas soluções e decisões estratégicas, com garantia de segurança.

Criar parcerias e ambiente para fomentar a inovação tecnológica na administração pública estadual.

Capacitar os servidores no uso de novas tecnologias.

Unificar os bancos de dados do governo ampliando a capacidade de geração de informações, necessárias para a fiscalização e redução no desperdício de gastos públicos.

Ampliar as práticas de Governo *on-line* para melhorar o acesso e a prestação de serviços públicos, com maior transparência e integração de dados, redução de custos e aceleração de processos, aumentando a produtividade e interatividade com a sociedade.

- Aperfeiçoar a política de gestão de riscos.

Prevenir novos riscos de desastres e reduzir os existentes, implementando políticas institucionais integradas e inclusivas, que previnam e reduzam a exposição a perigos e a vulnerabilidade à desastres.

Promover e melhorar o diálogo e a cooperação entre comunidades científicas e tecnológicas a fim de facilitar a tomada de decisões eficientes na gestão de riscos.

Investir em inovação e no desenvolvimento de tecnologias orientadas para redução dos riscos à população.

Promover o treinamento da população sobre os riscos a que está exposta e formas de proteção.

Investir, desenvolver, manter e fortalecer sistemas de previsão e alertas antecipados, com o foco nas pessoas, com diversos tipos de perigos e envolvendo múltiplos setores da administração pública e sociedade.

Coordenar a cooperação de diversas instituições e autoridades relacionadas em todos os níveis e esferas, incluindo as comunidades e empresas afetadas, sob a supervisão do Centro Integrado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de Riscos.

2.2. PROPOSTAS PARA ADEQUAR A MÁQUINA PÚBLICA À NOVA REALIDADE

- Buscar adequações da estrutura administrativa e de despesas com vistas a manter a sustentabilidade financeira do Estado.

Extinguir as ADRs e implantar modelo de desenvolvimento regional através das Associações de Municípios.

Reestruturar os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, conferindo-lhes natureza voluntária com caráter estratégico e fiscalizador.

Compartilhar estruturas físicas entre os órgãos do governo, otimizando recursos, integrando e complementando ações, e facilitando a vida do cidadão.

Primeiro passo para a adequação estrutural da máquina administrativa do Governo.

- Fim da geografia das urnas, com a readequação do quantitativo de cargos em comissão que podem ser ocupados por pessoas que não compõem o quadro funcional do Estado, de 1.419 para 200, eliminando a duplicidade de atribuições. Os profissionais serão selecionados via avaliação curricular.
- Redução de 1/3 das Secretarias de Estado, passando de 15 para 10, reorganizando as suas atribuições.

Segundo passo para a adequação estrutural da máquina administrativa do Governo.

- Utilizar videoconferência, acelerando as decisões, reduzindo as distâncias e custos.
- Implementar soluções de inteligência artificial para a realização de procedimentos administrativos.
- Possibilitar que o cidadão acompanhe o andamento dos processos administrativos por meio de ferramentas digitais.

2.3. PROPOSTAS PARA AUMENTAR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DE SC

- Otimização e aproveitamento de ativos ociosos (principalmente imóveis desafetados) do Estado através da formação de um fundo imobiliário público para:

Capitalizar instituições de fomento estaduais que permitirão uma alavancagem de novas linhas de crédito na proporção da ordem de 1x11 (conforme regras de Basiléia).

Colocar em prática o Programa de Parcerias Público Privadas do Estado de Santa Catarina utilizando esses recursos para a formação do fundo garantidor.

Criar Fundo de Aval para permitir que micro e pequenas empresas possam acessar mais facilmente linhas de crédito.

- Buscar fontes alternativas de receita e maior eficiência dos processos de arrecadação.
- Alinhar a política tributária estadual com a política de desenvolvimento econômico.
- Aperfeiçoar a efetividade da política tributária do Estado.
- Definir uma política de investimento público, em parceria com a sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento uniforme do Estado.
- Disponibilizar recursos para investimentos a todos os municípios através das instituições de fomento estaduais.

3. SEGURANÇA PÚBLICA

“A gente vive, sim, um Estado de Guerra contra a criminalidade. Não sou de meias palavras. E a verdade é que estamos perdendo. Precisamos de ação.”

“Quem está no regime semiaberto hoje é a sociedade. As pessoas passam o dia em liberdade condicional e são obrigadas a se trancar em casa durante a noite, com medo.”

“Nossas fronteiras têm barreiras sanitárias extremamente eficientes. Hoje, não entra um queijo pela fronteira, mas entra fuzil e drogas.”

3.1. PROPOSTAS DE INTELIGÊNCIA APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA

- Investir mais de R\$ 2 bilhões na aquisição de tecnologias a serem aplicadas na segurança pública.
- Implantar barreiras de segurança pública nas fronteiras estaduais, com uso de tecnologias para identificar e interceptar criminosos e veículos irregulares.
- Aperfeiçoar o programa de videomonitoramento com a ampliação do número de câmeras instaladas em pontos estratégicos, públicas ou privadas, dando ênfase no monitoramento das rodovias.
- Ampliar a utilização de moto-viaturas, especialmente nos grandes centros urbanos.
- Priorizar, fortalecer e integrar atividades de inteligência na segurança pública e sistema prisional.
- Combater o crime de acordo com os seus indicadores, direcionando os recursos e capacidades para reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, trazendo à normalidade a vida cotidiana.

3.2. PROPOSTAS PARA EFICIÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA

- Aumentar o efetivo com a contratação de novos agentes de segurança e com a convocação voluntária de 5.000 policiais da reserva, aptos fisicamente.
- Aumentar, por meio de parceria público privada, o efetivo de policiais na rua, possibilitando aos Praças Policiais Militares da ativa, que de forma voluntária, fora do seu horário normal de trabalho, atuam no policiamento ostensivo.
- Possibilitar, nos moldes de outros Estados, concurso interno para que Praças ascendam, dentro do limite de vagas, ao Quadro de Oficiais Auxiliares.
- Atenuar a falta de efetivo e diminuir o déficit da previdência incentivando o servidor militar, do Quadro de Praças, que está na iminência de ir para a reserva a permanecer no serviço ativo por um período adicional de cinco anos, fazendo jus ao subsídio do posto imediato ao seu.
- Revogar dispositivo que obriga os Coronéis a se aposentar compulsoriamente ao completar seis anos de permanência no posto.
- Aprimorar a integração entre as polícias.
- Uniformizar as áreas de abrangência dos órgãos da segurança pública.
- Compartilhar estruturas físicas e informações entre os órgãos de segurança, otimizando recursos, integrando e complementando ações.
- Aprimorar os mecanismos de transparência dos indicadores criminais e operacionais.
- Intensificar o aprimoramento técnico dos Bombeiros, suprindo com viaturas e equipamentos específicos para combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar e resgate, bem como, aprimorar e desenvolver programas sociais que incentivem a cultura de prevenção a sinistros.
- Fortalecer a perícia criminal visando aperfeiçoar e ampliar a utilização da prova técnica na elucidação dos crimes.
- Reforçar as unidades investigativas especializadas no combate ao crime organizado e ao tráfico de armas e drogas.
- Aumentar a eficiência no atendimento ao cidadão com o aperfeiçoamento e a desburocratização na emissão de documentos relacionados à segurança pública, principalmente, a Carteira Nacional de Habilitação, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e a Carteira de Identidade.
- Dar continuidade ao processo de valorização das carreiras da segurança pública.
- Instituir metas e bonificações por objetivos alcançados, como forma de valorizar o servidor e aumentar a eficiência.
- Planejar e investir no serviço temporário, estimulando o primeiro emprego, formando cidadãos e contribuindo para a segurança pública.

3.3. PROPOSTAS PARA INTEGRAÇÃO SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

- Ampliar o policiamento comunitário por meio de mecanismos de participação da sociedade civil, chegando a todos os bairros de todos os municípios de Santa Catarina.
- Incentivar políticas públicas e a criação de redes não-governamentais que visem o enfrentamento à violência contra a criança, adolescente, mulher, idoso, indígena e a população LGBT+.
- Implantar Colégios Militares em locais estratégicos de SC com o foco no ensino de novas tecnologias para a Segurança Pública.

4. SAÚDE

“A Saúde é uma prioridade”

“A Saúde no Estado só vai bem se a Saúde nos municípios estiver bem”

“Precisamos apoiar os municípios em programas preventivos”

“A solução é simples, mais recursos, atendimento perto da sua própria cidade e o rompimento de um modelo que traz todo ‘excedente’ de atendimentos de SC para sustentar o aparelho de Saúde montado em Florianópolis”

4.1. PROPOSTAS PARA PROPICIAR MAIS SAÚDE PARA OS CATARINENSES

- Implementar o CONECTA SUS.

Hoje os sistemas não são integrados e as informações são insuficientes ou inconsistentes, o Conecta SUS os irá compilar e disponibilizar informações detalhadas sobre o setor, monitorando e analisando indicadores da área da saúde, especialmente os socioeconômicos.

- Mais autonomia para os Hospitais.
- Fila única informatizada.
- Implementar prontuário único.
- Mapeamento das Habilitações dos Hospitais.
- Sistematizar procedimentos para reduzir a judicialização da Saúde.

4.2. PROPOSTAS PARA INOVAR E MELHORAR A SAÚDE PÚBLICA - SANTA CATARINA MAIS SAÚDE

- Reestruturar o sistema, com foco na Saúde Preventiva.

Estruturar e qualificar as equipes municipais de Atenção Básica para a prevenção, detecção e tratamento oportuno das DCNTs (Doenças Crônicas não Transmissíveis);

Intensificar as ações de vigilância e prevenção das doenças transmissíveis, melhorando as condições tecnológicas para o diagnóstico precoce e o controle.

Fomentar a capacitação dos profissionais das equipes de saúde em todas as regiões do estado para aumentar sua efetividade e resolubilidade.

Fortalecer as equipes de controle e avaliação regionais para acompanhamento do sistema de regulação.

- Gestão tecnológica para melhor investimento dos recursos financeiros.

Reunir grupo técnico para elaborar, aprovar e implantar o Plano de Investimentos em Saúde no Estado, com detalhamento regional, incrementados pela PEC da Saúde.

Elaborar novo sistema informatizado estadual para controle de consultas e de procedimentos médicos e de organização de filas de espera nos serviços de saúde, com acesso via internet pelos pacientes.

- Integrar secretários municipais de saúde através dos Conselhos Regionais de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de Riscos.
- Ampliar o alcance da telemedicina e vídeo-consultas. Hoje, 70% das consultas são para definir os exames necessários para os próximos atendimentos.
- Implantar uma política estadual de qualificação da atenção à mulher e à criança, com fortalecimento da educação permanente, dos serviços e da rede de atenção ao pré-natal, parto e recém-nascido e dos instrumentos de monitoramento e avaliação.
- Estruturar a rede de atenção à saúde em conjunto com os municípios, viabilizando o acesso à Atenção Básica e à Média e Alta Complexidade em cada macrorregião.
- Estimular e realizar ações educativas de vida saudável nas áreas de alimentação, atividade física e tabagismo.
- Implementar ações voltadas ao diagnóstico e cuidado da saúde mental, à prevenção ao uso do álcool e de outras drogas.
- Programar ações intersetoriais para redução de acidentes de trânsito.

5. INFRAESTRUTURA

“Toda obra pública deve ser precedida de um amplo estudo de viabilidade.”

“Toda obra pública deve ser gerenciada/executada/fiscalizada pela Secretaria de Infraestrutura”.

“Toda obra pública deve levar em consideração a possibilidade de otimização/aperfeiçoamento de outras já existentes”.

“Toda obra pública deve levar em consideração a existência de servidores e orçamento para a implantação e manutenção dos futuros serviços.”

5.1. PROPOSTAS PARA LOGÍSTICA

- Finalizar as pavimentações de rodovias estaduais iniciadas e ter como meta a manutenção.
- Implantar o programa de segurança viária, com o uso de câmeras que identificam os veículos e abastecem sistema de monitoramento informatizado do Estado.
- Articular com o Governo Federal o planejamento para a duplicação de rodovias federais, com prioridade para finalizar as obras da BR-470 e BR-280, início da BR-282 e o Contorno Viário da Grande Florianópolis BR-101, apresentando o prazo máximo e o aporte de recursos anuais, bem como acompanhar o processo de concessão dessas rodovias.

- Estimular a integração de modais de transporte para aumentar a capacidade logística e melhorar o fluxo nas rodovias.
- Impedir planos de desvio das exportações catarinenses para Paranaguá e Rio Grande e prioridade para ferrovia Norte-Sul (interligando portos catarinenses).
- Finalizar os projetos, obtenção de licença ambiental, plano de captação de recursos, plano de desapropriações e execução das obras da ferrovia Leste-Oeste (ferrovia do Frango).
- Viabilizar o corredor do milho partindo do Paraguai.
- Ampliar e modernizar os aeroportos catarinenses.
- Implementar a Hidrovia do Rio Itajaí Açu.

5.2. PROPOSTAS PARA SANEAMENTO BÁSICO

- Priorizar o apoio a pequenos municípios para soluções alternativas de tratamento de água e esgoto, inclusive na área rural (sistemas de tratamento individual e coleta programada), protegendo os mananciais de água.
- Efetivar o saneamento básico total em pelo menos 50% dos municípios catarinenses.
- Implantar o programa Produtor de Água garantindo o uso racional da água.
- Dar continuidade ao projeto de minimização de cheias da bacia do Rio Itajaí.
- Ampliar os estudos para implementar medidas não estruturais e estruturais de controle de inundações nas demais bacias hidrográficas do Estado.
- Recuperar os mananciais e as matas ciliares, além de proteger as áreas alagáveis.
- Incentivar a política de consórcios regionais para coleta de resíduos sólidos e reciclagem.
- Estimular Parcerias Público Privadas para produção de energia a partir de rejeitos.

5.3. PROPOSTAS PARA O SETOR DE ENERGIA

- Estimular a diversificação das fontes de produção de energia e incentivar a autogeração e os sistemas de cogeração de energia.
- Priorizar a universalização da energia trifásica na área rural.

5.4. PROPOSTAS PARA MOBILIDADE URBANA

- Estabelecer uma Política Estadual de Mobilidade Urbana que priorize e incentive o desenvolvimento urbano orientado para o transporte verde e sustentável, em que a base do deslocamento das pessoas seja à pé, seguido pela bicicleta e outros ciclos não motorizados, partindo para um transporte coletivo eficiente, acessível e informatizado, criando alternativas ao uso do automóvel como modo de transporte principal.
- Fomentar a elaboração dos planos municipais e metropolitanos de mobilidade urbana com foco na acessibilidade universal.
- Apoiar as ações de integração do transporte coletivo, principalmente nas regiões metropolitanas, com o desenvolvimento urbano e obras de infraestrutura.
- Propor a unificação das regras logísticas das cidades, definindo horários de restrições de tráfego de cargas, distribuição urbana centralizada e centros de logística, estacionamento rotativo entre outras.

5.5. PROPOSTAS PARA EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

- Centralizar num único setor os projetos e o acompanhamento de obras de todos os órgãos do governo estadual.
- Adotar tecnologia BIM (Building Information Modeling), criando digitalmente modelos virtuais precisos de uma construção, para gerar informações que vão desde o projeto até a manutenção durante a vida útil da edificação.
- Utilizar projetos pré-modelados, com prioridade para soluções sustentáveis para baratear obras e acelerar processos de execução.
- Prédios com recursos de geração de energia sustentável e captação/reutilização de água para gerar economia de longo prazo e incentivar melhores práticas.

6. DESENVOLVIMENTO E REINserÇÃO SOCIAL

“Na questão social, o combate à pobreza extrema será tratado com prioridade absoluta, como uma missão de vida. Pois, por maiores que sejam os investimentos em infraestrutura, ainda assim não serão suficientes enquanto alguns catarinenses ainda viverem nestas condições.”

“A política prisional que temos não deu certo. O modelo como está não serve.”

6.1. PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E REINserÇÃO SOCIAL

- Instituir programas que atendam às necessidades específicas das mulheres: saúde, trabalho e assistência social, segurança e proteção, orientação jurídica e prevenção à violência.
- Promover a integração dos programas sociais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS fortalecendo ações de prevenção de vulnerabilidade e riscos sociais e de redução da violação de direitos sociais.
- Garantir o pleno acesso ao mercado de trabalho, aumentando a captação de vagas no SINE, diversificando formas de geração de trabalho e renda e investir na educação permanente do trabalhador.
- Apoiar o aprimoramento das políticas, dos serviços, e das estruturas para as atividades de assistência social nos municípios.
- Garantir a reintegração social das pessoas privadas de liberdade e dos adolescentes com medidas socioeducativas.

Estabelecer políticas públicas de ressocialização com ações integradas e intersetoriais, principalmente entre Segurança Pública, Desenvolvimento Social, Educação e Saúde.

Fortalecer a política educacional e profissional, assim como a promoção do trabalho no sistema prisional, com foco no sistema fechado.

Distribuir a população do sistema prisional, criando filtros que distribua o apenado por categorias e tipificações penais, evitando as universidades do crime.

Desenvolver plano estadual com medidas compensatórias, capazes de estimular a aceitação dos municípios à instalação de unidades prisionais e socioeducativas.

7. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

“Se interrompêssemos uma aula há cem anos atrás e transportássemos o professor para os dias atuais, ele continuaria a aula do ponto em que parou e não perceberíamos a diferença. Precisamos encontrar novas formas de conexão professor – aluno, de ensino e aprendizado”

7.1. PROPOSTAS PARA INCENTIVAR A MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL E INOVAR O ENSINO MÉDIO

- Construir modelo educacional em que a escola propicie formação moral e cidadã, acesso à cultura, ao esporte e com a inserção de novas tecnologias - a exemplo de outros países - a partir de debate envolvendo professores e seus representantes.
- Regionalizar a grade curricular, levando em conta fatores como: economia, políticas de desenvolvimento econômico, aspectos culturais da região e suas vocações, implantando um modelo de educação pública focado no mercado de trabalho.
- Melhorar a gestão dos recursos financeiros disponíveis para a educação.
- Em parceria com os Municípios garantir o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar com qualidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

Apoiar a universalização do atendimento escolar para a população de 4 a 17 anos de idade;

Apoiar a ampliação do atendimento à população de 0 a 3 anos de idade, de acordo com a demanda e na idade correta.

- Universalizar o Ensino Médio, oportunizando uma aprendizagem significativa aos jovens, assegurando a permanência, a formação integral para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho.

Organizar e expandir a oferta do ensino médio, estabelecendo vínculos com os sistemas produtivos, culturais, locais, regionais e global.

Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, de forma intersetorial, com os serviços de assistência social, saúde e justiça para proteção integral aos jovens.

Instituir programas voltados à permanência dos estudantes na escola, especialmente no Ensino Médio.

- Garantir a valorização dos profissionais da educação, de acordo com a legislação, assegurando formação na área de atuação (inicial e continuada), carreira, remuneração e condições de trabalho, condizentes com a sua responsabilidade na sociedade.
- Garantir a progressiva expansão e ampliação de fontes de financiamento na educação catarinense, com foco na elevação dos indicadores socioeconômicos das regiões menos desenvolvidas do estado.
- Universalizar o direito à educação para superação das desigualdades históricas, culturais e sociais, promovendo os princípios dos direitos humanos, da diversidade e da sustentabilidade socioambiental.

7.2. PROPOSTAS PARA O ENSINO SUPERIOR E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- Diminuir os custos e aumentar o compartilhamento e a interiorização do conhecimento, ampliando o acesso a cursos de graduação e pós-graduação através das universidades comunitárias (Sistema ACAFE).
- Aplicar modelo de concessão de bolsas de estudo para cursos de Ensino Técnico.
- Construir novos Centros de Inovação, através de Parceria Público Privada, integrados às universidades.

- Promover a formação de profissionais que atuem de forma inovadora e empreendedora, comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e a expansão nas instituições de ensino superior, públicas e comunitárias;

Articular, com a União, a elevação da qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício, no conjunto do sistema de Educação Superior; e

Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, com aproximação da Ciência e da Tecnologia aos sistemas produtivos e inovativos.

7.3. PROPOSTAS PARA INOVAR E MELHORAR A EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Implantar o Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia, do Déficit de Atenção e da Hiperatividade nas escolas públicas estaduais. O objetivo é equipar todas as escolas com professores, psicólogos e pedagogos capacitados a assistir esses estudantes especiais, garantindo melhor aprendizagem.
- Transformar a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) em instituição formadora de profissionais aptos a identificar e a assistir estudantes especiais da rede pública e privada de ensino.
- Conectar escolas e sistema de saúde pública para melhor atender os estudantes especiais.

7.4. PROPOSTAS PARA INCENTIVO E ACESSO AO ESPORTE E LAZER

- Ampliar as condições de acesso ao esporte e lazer, de forma a contribuir para um estilo de vida saudável da população catarinense.
- Apoiar a implantação de equipamentos públicos para a prática esportiva e de lazer, atendendo às demandas locais com acompanhamento de profissionais de educação física.
- Desenvolver programas de iniciação esportiva no contra turno escolar.
- Apoiar a institucionalização, em todas as regiões do Estado, de mecanismos que possibilitem o aprimoramento da governança e ampliar a capacitação dos profissionais na área de esporte e lazer.
- Dar continuidade e reestruturar a agenda de esportes do calendário oficial do Estado.
- Incentivar a ampliação dos postos de trabalho privados e públicos com a intensificação da realização de programas e eventos de esporte e lazer.
- Instituir política pública que fomente o investimento público e privado na área de esportes de alto rendimento.

7.5. PROPOSTAS PARA INCENTIVO E ACESSO À CULTURA

- Ampliar a descentralização das ações culturais no território catarinense:

Promover a ampliação do grau de institucionalização das políticas públicas, por meio da implementação do Sistema Estadual de Cultura e dos Sistemas Municipais, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura.

Fortalecer, através de incentivos, a produção cultural e artística.

Construir estatísticas e implantar sistemas de informações voltados ao monitoramento das atividades culturais.

- Potencializar a participação da Cultura no desenvolvimento econômico sustentável do Estado:

Estimular e apoiar a economia criativa, reconhecendo, promovendo e regulando seus diversos segmentos;

Reconhecer, promover e proteger o patrimônio, a diversidade e as identidades culturais de Santa Catarina;

Investir na capacitação de agentes culturais públicos e privados em torno da gestão da cultura;

Transformar o ativo tangível e intangível da cultura catarinense (edificações, rotas turísticas e suas paisagens culturais, aos sítios históricos, assim como a história, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as tradições e os costumes, dentre outros) em negócios geradores de trabalho e renda.

- Potencializar o acesso à Cultura aos catarinenses, desde a escola até a terceira idade, incentivando parcerias sociais voltadas ao desenvolvimento humano.

8. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“Temos que direcionar o potencial criativo do catarinense para um novo modelo econômico, o da tecnologia e inovação, que depende pouco da infraestrutura e muito mais do nosso esforço e capacidade de criar.”

“O grande desafio é construir esperança ao agricultor familiar, associada à vocação local do agronegócio”

8.1. PROPOSTAS PARA A NOVA ECONOMIA

- Acelerar o processo de modernização da estrutura produtiva de Santa Catarina na direção de atividades intensivas em tecnologia e turismo, incentivando o empreendedorismo e ampliando novos programas governamentais de apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de bases tecnológicas com potencial de crescimento e transformar efetivamente Nossa Santa Bela e Segura Catarina como destino turístico mundial.

8.1.1. POLOS TECNOLÓGICOS

- Transformar o Estado em agente propulsor da construção de polos tecnológicos em toda SC a partir da oferta da infraestrutura necessária: ampliação do acesso à conexão de banda larga e à fibra ótica - especialmente nas pequenas cidades – e do número de Centros de Inovação integrados às universidades comunitárias, UDESC, Sistema ACAFE.
- Estimular a conexão entre políticas, pessoas, instituições e empresas, que fazem parte do ecossistema catarinense de inovação.

- Incentivar o desenvolvimento de setores de novas tecnologias e direcionar recursos e esforços, regionalmente, para sua implementação.
- Usar o sistema de registro de patentes como parte de informação tecnológica, para agregar valor aos produtos e modernizar a estrutura produtiva atual, incluindo o estudo de anterioridade (prospecção) como critério para concessão de incentivos a negócios inovadores.
- Expandir a economia do conhecimento para todas as regiões do Estado com vistas a reduzir os desequilíbrios regionais, consolidando os Centros de Inovação e demais ambientes de inovação em desenvolvimento, bem como os ecossistemas regionais de inovação e criando, nas principais instituições de fomento, mecanismos para o financiamento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), de forma diferenciada para micro e pequenas empresas, localizadas nas macrorregiões com menor desenvolvimento industrial.

8.1.2. PROPOSTAS PARA O TURISMO

- Construir circuitos turísticos envolvendo atrações de diversos municípios, operados por via aérea, terrestre, rodoviário e marítimo.
- Propiciar o desenvolvimento do turismo em todas as regiões do Estado, tornando Santa Catarina destino mundial.
- Fortalecer o processo de identificação regional, levando em consideração a diversidade turística catarinense, construindo indicadores das atividades características do turismo (tipo, alojamento, transporte, agências de viagens, locadoras e outras) nas regiões turísticas e sistemas de informações e estatísticas para o monitoramento e construção de agenda das atividades anuais.
- Realizar investimentos públicos e incentivar os investimentos privados em infraestrutura de apoio ao turismo, priorizando projetos de infra estrutura e ações descentralizadas que contribuam para dinamizar a cadeia produtiva do turismo.
- Criar mecanismos de incentivo ao empreendedorismo, estímulo às operadoras turísticas e à inovação no turismo.
- Estimular o turismo sustentável e natural, iniciando pelas Unidades de Conservação Estaduais administradas pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA.
- Capacitar os atores locais (públicos, privados e sociedade civil organizada) das regiões turísticas, por meio da realização de encontros, oficinas, *workshops*; estruturando circuitos, rotas e atrativos turísticos.
- Integrar os Centros de Eventos do Estado à agenda estratégica do turismo, operados através de concessões ou parcerias público privadas que atraíam e viabilizem a realização de grandes eventos.

8.1.3. ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

- Promover, reter e atrair investimentos nacionais e estrangeiros em setores industriais e de serviços intensivos em conhecimento, intensificando investimentos para a modernização da infraestrutura produtiva (rodovias, portos, aeroportos, telecomunicações) para atração de empresas nacionais e estrangeiras;
- Integrar, via mecanismos de governança, as secretarias de estado, visando elevar a eficiência institucional e melhorar o ambiente de negócios; organizando e expandindo o processo de atração de investimentos e de talentos para Santa Catarina;
- Desenvolver ecossistemas sustentáveis de empreendedorismo e inovação, intensificando o apoio às pequenas e médias empresas inovadoras e intensivas em tecnologia e conhecimento.

- Criar um amplo e consistente Programa de Fomento e Apoio a Investimentos nos Segmentos Estratégicos de Santa Catarina - Desenvolve SC

Fortalecendo as parcerias e a atuação de forma articulada e conjunta com outros entes públicos e privados responsáveis pela promoção do desenvolvimento de Santa Catarina, participando de modo proativo das políticas públicas associadas.

Apoio Institucional e Técnico articulando e aproximando as estruturas existentes no governo para assessorar e prestar serviços de apoio aos investimentos.

Criando mecanismos que visem facilitar e priorizar o acesso a financiamentos para projetos e segmentos estratégicos visando ampliar, incentivar e desburocratizar os investimentos, seja por meio de empresas integrantes do parque produtivo catarinense, seja mediante a atração de empresas ainda não presentes no Estado.

Fomentando as empresas de micro, pequeno e médio porte.

Implementando programas de negócios com tarifas diferenciadas para estímulo ao empreendedorismo feminino.

Beneficiando e incentivando as regiões de menor desenvolvimento socioeconômico.

Apoio creditício disponibilizando fundos garantidores e/ou linhas de financiamento com recursos alavancados com capitalizações junto às instituições de fomento, num custo mais competitivo e tratamento diferenciado, com conseqüente elevação do emprego, da renda e da inovação na cadeia produtiva em Santa Catarina.

Promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda.

Beneficiando e incentivando os projetos que priorizem a prática do desenvolvimento ambiental sustentável, tal como o aumento da eficiência energética.

8.2. PROPOSTAS PARA A AGRICULTURA, PESCA E MARICULTURA

- Garantir no meio rural, pesqueiro e na maricultura uma produção sustentável por meio do desenvolvimento e aplicação de inovações tecnológicas e sociais.

Elevar a produtividade da agricultura catarinense por meio da pesquisa e da assistência técnica e extensão rural pública e de qualidade.

Desenvolver competências para melhorar os processos produtivos e de mercado visando dar eficiência aos sistemas agropecuários.

Fortalecer o processo de organização dos agricultores, pescadores e maricultores visando acesso e ampliação dos mercados.

Promover a capacitação no meio rural relacionada a aspectos jurídicos e econômicos, visando a formação de jovens empreendedores para a sucessão na agricultura do estado.

Incentivar e fortalecer sistemas de inovação social e tecnológicos para o desenvolvimento sustentável da agricultura catarinense.

Instituir uma legislação sanitária animal diferenciada para a produção artesanal.

Promover maior cooperação entre os agentes públicos e privados do meio rural, pesqueiro e maricultura, consolidando um sistema tripartite dinâmico e sustentável entre as agroindústrias, cooperativas e agentes públicos.

- Revitalizar o meio rural, pesqueiro e da maricultura, valorizando sua diversidade social, cultural e ambiental.

Fortalecer as atividades de turismo rural e gastronômico.

Fortalecer o processo de organização dos agricultores, pescadores e maricultores visando acesso e ampliação dos mercados.

Promover a capacitação no meio rural, pesqueiro e da maricultura relacionada a aspectos jurídicos e econômicos, visando a formação de jovens empreendedores para a sucessão do negócio no estado.

Instituir programas de governo específicos focados na inovação e diferenciação de produtos e serviços, privilegiando recursos para as regiões mais deprimidas com vistas a minimizar os desequilíbrios regionais.

Desenvolver programas voltados à identificação e valorização dos saberes locais e das identidades culturais das populações locais.

Promover a inclusão social e produtiva das populações tradicionais e de baixa renda no meio rural e aquícola.

- Agregar valor por meio do empreendedorismo, da inovação e diferenciação de produtos e serviços na agricultura familiar, pesca artesanal e na maricultura.

Agregar valor à produção agropecuária, pesqueira e na maricultura por meio da conquista de Certificados de Identificação Geográfica de produtos tradicionais catarinenses.

Incentivar a diversificação produtiva através de estímulos creditícios e técnicos para o fortalecimento da cadeia de frutas, hortaliças, peixes e outras culturas permanentes.

Estimular as potencialidades regionais e garantir o reconhecimento da qualidade das atividades desenvolvidas nos meios rural, pesqueiro e da maricultura

Apoiar a formalização das agroindústrias e indústrias da pesca através de assistência técnica, crédito dirigido e capacitação dos empreendedores.

Incentivar a pesca artesanal e a maricultura em Santa Catarina.

- Prover o meio rural de infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades, aumentando a cobertura nas propriedades rurais de redes de energia elétrica trifásica bem como minimizar interrupções.

Melhorar a infraestrutura de estradas vicinais e pontes, visando elevar a produtividade econômica no meio rural.

Articular com a União para prover o meio rural com infraestrutura de comunicação, relativa à internet banda larga e telefonia, através do Programa Federal Internet para Todos, que leva internet banda larga a áreas rurais e localidades que ainda não têm o serviço.

Instituir programas de governo com marcos legais adequados, tecnologias e recursos financeiros que busquem a transformação dos resíduos poluentes da agropecuária em energia limpa.

- Promover um ambiente de segurança sanitária e conformidade legal dos negócios no meio rural, no pesqueiro e na maricultura.

Realizar ações de promoção dos produtos catarinenses, no âmbito nacional e internacional, de forma a captar novos mercados interessados.

Revisar o marco legal do Programa Estadual de Vigilância para Brucelose e Tuberculose.

Adequar a estrutura e a capacidade de diagnóstico da sanidade vegetal, animal e aquícola.

Implantar o marco regulatório da defesa sanitária vegetal, animal e aquícola, visando o consumo seguro.

Promover o programa de melhoria da qualidade dos estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual.

Adequar os estabelecimentos aos requisitos exigidos pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI/POA.

Implantar o sistema informatizado de controle de estoque de agrotóxicos e de receituário agrônomo.

Promover o programa de cadastro do produtor primário (e-origem).

Fomentar o associativismo visando a Certificação Fitossanitária.

Criar um Programa de Regularização Fundiária para o Estado de Santa Catarina.

8.3. PROMOVER A IGUALDADE ECONÔMICA ENTRE AS REGIÕES

- Implementar política fiscal diferenciada para as quatro regiões em desigualdade econômica em SC – Extremo Oeste, Planalto Norte, Extremo Sul e Planalto Serrano, com forte investimento em infraestrutura, objetivando construir novas vocações econômicas e culturas empresariais.
- Promover a vocação econômica de cada macrorregião, agregando valor e qualidade aos produtos catarinenses tradicionais, por meio do apoio nos Planos de Desenvolvimento Municipal, com o objetivo de estimular vocações e potencialidades locais para a especialização inteligente das microrregiões:

Expandir a exposição dessas potencialidades e de produtos diferenciados de todas as macrorregiões;

Desenvolver formas diferenciadas de estímulos econômicos para a expansão da produção local e sua comercialização em âmbito estadual.

Elaborar uma política de ocupação territorial, estimulando ações que propiciem um crescimento sustentável, reduzindo desigualdades.

8.4. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEGER O MEIO AMBIENTE

- Racionalizar e facilitar os procedimentos de licenciamento ambiental reduzindo a burocracia e intensificando o monitoramento e a fiscalização por imagens e presença física do agente fiscalizador;
- Priorizar a análise, por interesse público, dos Requerimentos de Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos sob domínio do Estado.
- Realizar a capacitação de usuários das águas e sociedade quanto à gestão de recursos hídricos.
- Implantar o gerenciamento costeiro como política de crescimento ordenado de nosso litoral.
- Apoiar a integração dos mapeamentos de riscos aos dispositivos de planejamento e ocupação urbana, ampliando o monitoramento e a proteção das áreas de elevado risco.

- Efetivar todos os planos de manejos de unidades de conservação já existentes, visando a instalação de equipamentos turísticos através de concessões e parcerias público privadas.
- Apoiar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).
- Estimular o turismo sustentável e natural nas Unidades de Conservação Estaduais como perspectiva de nova geração de renda e capilaridade para o setor.
- Efetivar a homologação do Cadastro Ambiental Rural apoiando a implantação do PRA (Programa de Regularização Ambiental) e do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), visando a conservação da biodiversidade.
- Produzir e efetivar a edição do Zoneamento Econômico Ecológico do Estado – ZEE.
- Apoiar o licenciamento ambiental municipal, com fomento às Fundações Municipais de Meio Ambiente e aos Conselhos Municipais.

9. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CIDADES

“Nossa ideia é empoderar os municípios e tornar as associações sócias do Estado, para executar obras em consórcio.”

“O Fundo de Apoio aos Municípios foi uma demonstração clara de que é possível repassar recursos diretos para as prefeituras, para conseguir realizar obras mais baratas e mais rápido.”

9.1. DIAGNÓSTICO E PLANO DE AÇÃO

- Realizar amplo estudo para aferir os principais problemas encontrados no tocante às desigualdades sociais e econômicas de cada região.
- Implantar sistema de planejamento governamental regionalizado, aprimorando a governança territorial com foco na definição de uma política de desenvolvimento regional.
- Reestruturar o Conselho Regional de Desenvolvimento, voluntário, atribuindo-lhe um caráter estratégico e fiscalizador.
- Estabelecer política de apoio no acompanhamento e fiscalização das ações desenvolvidas.

9.2. PROPOSTAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Extinguir todas as ADRs.
- Manter e redefinir a atuação dos Conselhos Regionais Desenvolvimento, atribuindo-lhes a função estratégica e fiscalizadora dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento regional. Seus membros serão voluntários envolvendo os diversos setores da sociedade civil organizada e da administração pública.
- Transformar as estruturas físicas das 20 Coordenadorias Regionais de Defesa Civil em 20 Coordenadorias Regionais de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de Riscos.
- Utilizar as Associações de Municípios como a nova representação político-regional de SC. Com elas serão selados convênios para a realização de obras que envolvam mais de um município, em que o governo estadual será o financiador.
- Adotar o FUNDAM como política de desenvolvimento regional. Obras nos municípios serão executadas pela Prefeitura a partir de convênio com o Governo do Estado.

9.3. DESCENTRALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS

- Redefinir a Coordenadoria de Recursos Desvinculados, definindo prioridades de aplicação dos recursos captados em casos de desastres, homologados pelo Estado.
- Fomentar e apoiar o desenvolvimento dos municípios.

9.4. COORDENAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- Promover políticas de regularização fundiária e habitacional.

Essas propostas representam um novo modelo de gestão pública conferindo ao Estado uma verdadeira revolução, uma verdadeira transformação do Governo para melhorar a vida de todos os catarinenses e entregar serviço público eficiente e de qualidade.

Nosso Estado é referência em vários indicadores, temos orgulho de viver aqui. Mas o poder público precisa se reinventar! Precisamos reduzir a nossa estrutura, ser inovadores e ser um impulsionador da economia catarinense, para que o cidadão enxergue no serviço público, **aqui é trabalho!**